

LEITURA E INTERPRETAÇÃO NA DIVERSIDADE TEXTUAL

Autoras: Dionez Dal Prá Dal Vesco e Márcia Sueli Marchesi Galeazzi
Universidade do Contestado – UnC Campus Concórdia

RESUMO

Diante da diversidade textual presente no cotidiano das crianças, este projeto tem por objetivo: desenvolver o interesse pela leitura significativa e crítica, utilizando os materiais didáticos disponíveis na escola, bem como os meios de comunicação e informações que a mesma dispõe. Especificados através de experiências vivenciadas em sala de aula, percebemos que a maioria das crianças não lê por interesse próprio, fazem apenas leituras superficiais quando são exigidas, deixando assim uma grande lacuna entre os objetivos propostos pelo professor e as leituras realizadas. As exigências do mundo atual apontam permanentes adaptações e aperfeiçoamento. Para as crianças as exigências são cada vez mais precoces e variadas. Há uma grande curiosidade pelas inovações tecnológicas com jogos, brinquedos, televisão, computador, livros, histórias, que se constituem em sedução a este público. Diante disso, é preciso que a escola trabalhe a diversidade textual e organize estratégias e práticas de ensino que venham de encontro ao interesse e à necessidade de cada realidade social, para fazer da leitura, uma fonte de ampliação dos conhecimentos impressos e disponíveis, é muito importante desenvolver, principalmente nas crianças, um espírito analítico e crítico. O professor pode ser um agente disseminador da leitura, assumindo o compromisso com a criança de proporcionar-lhe textos e atividades de interpretação de qualidade, que intervenham na formação de um cidadão mais crítico e reflexivo. Sendo assim, nos propomos a desenvolver este estudo com o intuito de amenizar as dificuldades de leitura e interpretação presentes na realidade escolar.

Palavras-chave: Ler, compreender, interpretar.

RESUMEN

Delante de la diversidad textual presente en el cotidiano de los niños, este proyecto tiene por objetivo: desarrollar el interés por la lectura significativa y crítica, utilizando los materiales didácticos disponibles en la escuela, bien como los medios de comunicación y información que la misma dispone. A través de experiencias vivenciadas en sala de clase, percibimos que la mayoría de los niños no leen por interés propio, hacen solamente lecturas superficiales cuando son exigidas, dejando así un grande hueco entre los objetivos propuestos por el profesor y las lecturas realizadas. Las exigencias del mundo actual apuntan permanentes adaptaciones y perfeccionamiento. Para los niños las exigencias son cada vez más precoces y variadas. Hay una gran curiosidad por las innovaciones tecnológicas como juegos, juguetes, televisión, computadora, libros, historias, que se

constituyen seducción a este público. Delante de eso, es necesario que la escuela trabaje la diversidad textual y organice estrategias y prácticas de enseñanza que vengán de encuentro al interés y a la necesidad de cada realidad social, para hacer de la lectura, una fuente de ampliación de conocimientos impresos y disponibles, es muy importante desarrollar principalmente en los niños, un espíritu analítico y crítico. El profesor puede ser un agente diseminador de la lectura, asumiendo el compromiso con el niño de proporcionarle textos y actividades de interpretación de calidad, que intervengan en la formación de un ciudadano más crítico y reflexivo. Siendo así, nos proponemos a desarrollar este estudio con el intuito de amenizar las dificultades de lectura e interpretación presentes en la realidad escolar.

Palabras clave: Leer, comprender, interpretar.

1. INTRODUÇÃO

A escrita se configura como um meio transmissor de informações, a leitura se configura como um meio de aquisições do que se passa ao redor do homem, ela é, portanto, um ato social. Para realizarmos a leitura de textos, não passamos apenas os olhos pela página impressa, mas buscamos um sentido nas palavras e tentamos desvendar o enigma do código escrito.

Ao nos depararmos com a diversidade textual existente na atualidade e a rapidez com que os conhecimentos e informações chegam até nós através do mundo globalizado, é cada vez mais importante que a leitura e a interpretação sejam desenvolvidas desde os primeiros anos do letramento de nossas crianças.

Ao buscar no grego o pleno sentido do ler como sendo *legei* temos colher, recolher, juntar, o que no latim transformou-se em *lego*, *legis*, *legere*, ou seja, juntar horizontalmente as coisas com o olhar. Entretanto, os latinos também usavam *interpretare* para ler, mas com um significado mais profundo, o de ler verticalmente, sair de um plano para outro, de forma transcendente. Nesse sentido, a leitura ultrapassa o passar dos olhos por algo, mas vai além do visualizar, aventurando-se no desconhecido para uma plena compreensão dos sentidos das coisas.

Ler não é fácil, porém, experiências e estudos mostram que é possível explorar na escola os diferentes tipos de textos que fazem parte do dia-a-dia de nossos alunos, tornando a leitura mais significativa e útil. É por isso que a leitura e a interpretação, talvez sejam as coisas mais importantes que a escola tem a ensinar. Muitas vezes as escolas só trabalham com textos didáticos e literários, de maneira burocrática, sem sentido para os alunos.

1.2. JUSTIFICATIVA

As exigências constantes do mundo atual apontam permanentes adaptações e aperfeiçoamentos. Para as crianças, as exigências são cada vez mais precoces e variadas, independente de sua situação social e econômica. Há uma curiosidade muito grande pelas inovações tecnológicas como jogos, brinquedos, televisão, computador, livros, história que se constituem em sedução a este público.

Diante disso, é preciso que a escola trabalhe a diversidade textual presente no cotidiano do aluno e organize estratégias e práticas de ensino que venham de encontro com o interesse e a necessidade de cada realidade social, para fazer da leitura, uma fonte de ampliação de seus conhecimentos, e que seja ao mesmo tempo prazeroso o ato de ler e interpretar. Sendo assim nos propomos a desenvolver esse estudo com o intuito de amenizar as dificuldades acima citadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Se até o século XIX a leitura foi privilégio de uma minoria, no século XX e no atual já não se pode dizer o mesmo. Apesar de mal compartilhada, reconhece-se que é um direito de todos. O analfabeto não sabe ler e nem escrever, mas o iletrado funcional é incapaz de ler e escrever o mínimo necessário à vida profissional. Em que pese o nível de desenvolvimento dos países, os iletrados funcionais atingem a casa dos milhões só nos Estados Unidos e França, conforme estudo de Moraes (198-).

O Autor demonstra como o desenvolvimento econômico exige que todos saibam ler e o façam com facilidade. Isto é exigido não só no trabalho, como também nos afazeres cotidianos. Aumenta vertiginosamente a demanda social da leitura, uma vez que a sociedade está passando por rápidas transformações e a informação se multiplica assustadoramente. A mão-de-obra necessita cada vez mais de especialização, o que implica em mais leituras e leituras mais consistentes. O desemprego aumenta na mesma proporção em que aumenta a riqueza porque já não é necessário tanto trabalho para produzir os bens. A automatização substitui o trabalho braçal e aumenta o nível de exigência em termos de

capacidade de leitura. Daí ser alarmante o número de crianças de lares de baixa renda que não dominam a leitura e saem da escola sem estar de fato alfabetizadas.

Essas crianças chegam à idade adulta com dupla desvantagem: a de serem pobres e iletradas. Essa disparidade social e cultural aumenta a distância das oportunidades de trabalho e constitui um sério problema ao desenvolvimento de qualquer país. Pesquisas mostram que dos “brasileiros de 15 a 65 anos: 61% têm muito pouco ou nenhum contato com os livros; 47% possuem no máximo dez livros em casa; 30% localizam informações simples em uma frase; 37% localizam informação em textos curtos; 25% estabelecem relações entre textos longos. Quantos livros uma pessoa lê por ano: França 7; Estados Unidos 5,1; Itália 5; Inglaterra 4,9; Brasil 1,8.” (Revista Nova Escola, 194 ed., 2006).

Quanto a escolaridade obrigatória no ensino fundamental, pode-se dizer que a alfabetização insere o indivíduo no mundo da escrita e da leitura textual, mas não garante sua plena atuação em virtude de outros fatores: recursos financeiros para adquirir o livro, tempo para freqüentar bibliotecas e a falta de um projeto social que desperte a consciência crítica por meio da leitura.

Silva (1985) afirma que, “com raras exceções em pontos isolados do processo histórico brasileiro, não houve a preocupação em se desenvolver uma política ‘honestas’ que promovesse o homem brasileiro em toda a sua plenitude”. Assim sendo, os bens culturais, no Brasil, têm uma distribuição injusta, restringindo-se às elites. As classes trabalhadoras encontram-se em desvantagem para produzir e expressar suas idéias porque não tiveram o direito de ser leitoras.

Vale lembrar que o destino da leitura está ligado às instituições especializadas – escola, biblioteca – e à sociedade como um todo. Leitura, conhecimento e cultura estão interligados. Perroti (1990) alerta sobre a urgência de apresentar a leitura como “atividade natural e reconhecida pelo e no grupo social” para conferir à infância identidade sócio-cultural.

Para De Bortoli (2002, p. 09):

Ler é condição de estar no mundo, de recebê-lo, de interagir com ele, de recriá-lo, de escrevê-lo e de inscrever-se nele. Pensar a leitura desde o texto escrito – primeiro e indispensável contato com um sistema de significação, deliberadamente tornado consciente por exercícios metalingüísticos, minimamente conscientizável pelo usuário – e por ele,

pouco a pouco ir aprendendo a interpretar, a construir sentido para as representações, para as situações, para o mundo, enfim, em sua linguagem plurais, depende hoje substantivamente de que a formação do leitor tenha um caráter multi, inter e transdisciplinar. Isso favorece a diversificação das práticas de leitura e interpretação, propiciando a criação de oportunidades para o aluno entrar em contato com diversas formas de apresentação da informação e diversos modos de abordar os textos segundo os subjetivos da disciplina, cujo trabalho deve ser abordado com uma meta de equipe.

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Chartier (1998) mostra que o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem, ao menos totalmente, o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda a história da leitura supõe, em seu princípio, essa liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas essa liberdade leitora, não é jamais absoluta; é, sim, cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções, e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura.

Continuando, De Bortoli (2002 p. 32) explicita:

Pesquisas já demonstraram que as classes sociais dominantes vêem a leitura como fruição, lazer, ampliação de horizontes, de conhecimentos, de experiências, ao passo que as classes dominadas vêem pragmaticamente, como instrumento necessário à sobrevivência, ao acesso ao mundo do trabalho, à luta contra suas condições de vida. Ao mesmo, crianças e pais das camadas populares vêem a aprendizagem da leitura como um instrumento para a obtenção de melhores condições de vida – a leitura é avaliada em função de interesses utilitários; já crianças e pais das classes favorecidas vêem a leitura como mais uma alternativa de expressão, de comunicação, nunca como uma exigência do e para o mundo do trabalho.

É preciso lembrar também, que na sociedade brasileira como um todo, a leitura não é ainda um hábito, nem um ato, pois é vista, como comportamento diferenciador a que somente seres privilegiados, bem dotados intelectual, cultural e economicamente podem ter acesso. Em decorrência, o que se reserva às maiorias, quando muito, é o exercício de reconhecimento de signos para atividades imediatas, ligadas à sobrevivência ou pouco mais que isso.

Freire (1996) sustenta que há diferença entre promover hábitos de leitura e promover o ato de ler, dizendo que a decifração mecânica de sinais é a atividade totalmente diversa da ação voluntária sobre a linguagem implicada no ato de ler. Hábitos estão ancorados na repetição mecânica de gestos, atos, na opção, no exercício da possibilidade humana de articular o agir ao pensar, ao definir, ao escolher. Para Freire (2003) ler e interpretar pode ser um “processo que envolve a compreensão crítica do ato de ler, e não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou linguagem escrita”, mas se antecipa e se alonga na inteligência do indivíduo enquanto leitor de mundo. Nesse sentido, Freire (2003, p. 11 e 22) afirma que:

A leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica na percepção das relações entre o texto e o contexto(...) a dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escreve-lo” ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transforma-lo através de nossa prática consciente.

Desse modo, é preciso saber se o objetivo da educação quanto a leitura é formar consumidores da escrita, meros usuários do código verbal, ou seres capazes de imprimir marcas aos textos que lêem, estabelecendo com eles um diálogo vivo e único, cujo horizonte não é apenas a busca de respostas, mas também a formulação de novas indagações, pois não é mais suficiente somente ler. É preciso saber ler. É o saber ler que permite indagar e perguntar, entender as entrelinhas e fazer assimilações, ampliar conhecimentos.

Faz-se necessário referir que a família constitui-se num território de introdução das crianças no mundo da cultura impressa, como ocorre em algumas sociedades em que a leitura é um instrumento fundamental de mediação das relações domésticas. Contudo, nas casas brasileiras, a televisão, com seus apelos de consumo, continua reinando absoluta enquanto vivência simbólica comum. Em decorrência disso, a criança chega à escola sem essa experiência única da escrita em situação doméstica e que serviria para embasar e facilitar sua formação de leitor.

Existem requisitos que são básicos para se aprender a ler, segundo Smith (1999, p.13):

A responsabilidade do professor não é ensinar as crianças a ler, mas a de tornar a aprendizagem da leitura possível. (...) nós adquirimos essas habilidades somente através da prática da leitura. Na maior parte do tempo não temos sequer consciência de quais são essas habilidades e quando e como as adquirimos. E certamente elas não são questões explicadas para a maioria dos professores ou pais, ou mesmo para aquelas crianças que estão aprendendo a ler, as quais são, na verdade, as que mais se beneficiaram em aprender que a leitura é conquistada com a experiência e não com o ensino.

Logo, em virtude das lacunas no trajeto da formação profissional do professor, as metodologias para o ensino da leitura nas escolas, em sua maioria, acontecem por imitação de velhos professores, e não pelo conhecimento crítico das teorias da leitura. O professor seria a pessoa indicada para criar condições adequadas para essa motivação, pois é ele quem participa desse processo e pode transmitir aos alunos esse envolvimento.

Embora alguns métodos de leitura possam ter sucesso com algumas crianças, nenhuma tem sucesso com todos. É o professor quem precisa ter a compreensão das possibilidades de diferentes métodos, além de uma compreensão de leitura do modo como as crianças devem ler.

Sobre a atividade da leitura nos jovens De Bortoli (2002, p.34) pondera:

A atividade de leitura de obras literárias é vista muitas vezes pelos pré-adolescentes não como uma atividade de prazer, mas sim, como uma atividade árdua e cansativa. A escola, instituição reconhecida como uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento do hábito da leitura, não parece estar contribuindo de forma eficaz ou incentivadora para que o ato de ler, como fonte, detenha um lugar de destaque na vida desses estudantes.

As crianças aprendem com facilidade, são habilidosas e experientes, mas muitas vezes o tipo de instrução as deixa confusas. A linguagem escrita deve ter sentido e utilidade para quem está lendo. O significado do texto não se limita apenas no que está escrito, mas resulta da interseção com outros textos. Sendo assim, a intertextualidade refere-se às relações entre os diferentes textos. De acordo com Kleiman e Moraes (1999, p.62):

Para todo leitor, um texto funciona como um mosaico de outros textos, alguns mais próximos, alguns mais distantes, alguns mais pertinentes, outros menos, mas todos eles influenciando a leitura. Entendemos um texto porque somos capazes de reconhecer esses traços e vestígios. Quanto mais elementos reconhecermos, mais fácil será a leitura e mais enriquecida será a nossa interpretação. Ou seja, a intertextualidade é um fenômeno cumulativo: quanto mais se lê, mais se detectam vestígios de outros textos naquele que está lendo e mais fácil se torna perceber as suas relações com outros objetos culturais e, portanto, mais fácil é sua compreensão.

De acordo com o autor, pode-se dizer que o próprio texto fornece os contextos necessários a sua interpretação, com referências, códigos e muitos sentidos, numa relação de dependência mútua para que o leitor chegue a uma interpretação.

O processo da leitura depende também da competência comunicativa do leitor, competência essa que muitas vezes é limitada pelos problemas da escola atual, tais como o avanço da burocracia administrativa, o predomínio de estruturas curriculares tecnocráticas, práticas pedagógicas autoritárias, fragmentação do saber, apatia dos alunos e professores, entre outros.

Sobre essa reflexão, Chartier (1998) enumera as transformações pelas quais passou o texto escrito até chegar ao texto eletrônico, indicando que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito, assim como nas maneiras de ler. Na era da multimídia, na pluralidade das formas de apresentação de um texto permitida pelo suporte eletrônico, nas muitas maneiras de ler, a leitura é sempre produção e apropriação de significados.

Com a revolução tecnológica, podemos constatar que poucos são os privilegiados que têm acesso à utilização de tais procedimentos/instrumentos. A grande maioria das escolas funciona com o “Bê-a-bá” tradicional e com professores que seguem um *script* cuja autoria pertence a um sistema que não investe na formação e qualificação do educador, acarretando prejuízos ao ensino e um enorme distanciamento entre os avanços de comunicação e tecnologia x ensino-aprendizagem escolar.

Muito se fala sobre fazer a ligação da leitura com o entretenimento, fonte de lazer e prazer, porém ler é uma atividade bastante complexa; é uma atividade de decifração árida e

muitas vezes tortuosa. Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não se consegue extrair o sentido. Para a grande maioria dos alunos, a leitura é difícil demais justamente porque não faz sentido. O sentido da leitura lembra que ela não é uma atividade de aconchego e que as primeiras lembranças dessa atividade são de cópias maçante, olhos ardidos, muitas confusões nos sons próximos e muitas vezes fracasso, não se formando, assim, um verdadeiro leitor.

Sendo assim, a leitura é suor, é trabalho, é disciplina, é concentração. O prazer, o entretenimento acontecem posteriormente, pois são seguidos do conhecimento, quando a informação processada transforma-se em saber. O estímulo oferecido às crianças desde o pré-escolares é caminho fundamental para o despertar de novos aprendizados em leitura. Aspectos anteriores à leitura (pré-requisitos básicos e estéticos) levam o estudante a uma motivação para buscar entender e se envolver no processo.

Sobre isso, Colomer e Camps (2002, p. 47) consideram que:

A compreensão é a finalidade natural de qualquer ato habitual de leitura e é finalidade do processo (...) não é uma questão de compreendê-lo todo ou não compreender nada, mas que, como em qualquer ato de comunicação, o leitor realiza uma interpretação determinada da mensagem que se ajusta mais ou menos à intenção do escritor. Saber que condições influem no grau de compreensão da leitura é de grande interesse para o planejamento educativo dessas aprendizagens, já que a capacidade de entender um texto e a possibilidade de ensinar a fazê-lo passaram a ser considerados os aspectos-chave da leitura e de seu ensino. Os fatores que condicionam a compreensão relacionam-se com os dois elementos que interagem no processo de leitura: o leitor e o texto.

Portanto, o aluno aprende se for estimulado a ler e o texto apresentado deve ser visto com interação entre falante e ouvinte, entre autor e leitor, pois é preciso considerar que um texto não é produto exclusivo de seu autor: o leitor também tem sentidos. Compreender não significa atribuir sentidos ou descobrir o sentido que o autor quis dar ao texto, mas reconhecer os diversos significados de um texto, como cita De Bortoli (2002 p. 94):

Considerando o processo de leitura tomado em sua totalidade e representação, sabe-se que o leitor constrói ativamente o significado interagindo com o texto. Portanto, o significado que cada sujeito constrói

para um texto vai depender de sua experiência prévia, de sua informação verbal ou não exclusivamente verbal, dos seus esquemas de assimilação e dos conteúdos afetivos que é capaz de mobilizar em si mesmo. § A compreensão de um texto (seja escrito ou falado) exige o envolvimento da atenção, da percepção, da memória e do pensamento. Esses processos mentais envolvem, durante a leitura, operações necessárias para a compreensão dos signos lingüísticos e ideológicos, tais como o raciocínio dedutivo (próprio da inferência, da leitura das entrelinhas) e o raciocínio indutivo (necessário para a predição baseada no conhecimento de mundo, de outros textos, do autor, das condições sociais em que vive).

Ao focar a leitura e a interpretação como fatores essenciais da cidadania, o desenvolvimento da prática de ensino, bem como o uso de estratégias para aquisição dos conhecimentos através de textos diversificados e dos meios de comunicação e informação, devem ter como meta uma melhor compreensão das informações e conhecimentos por eles vinculados, como forma de desenvolvimento humano. Pois, com a avalanche de conhecimentos impressos e disponíveis, é muito importante desenvolver nas pessoas, principalmente nas crianças, um espírito analítico e crítico, o que não acontece quando a oportunidade lhe é negada. Por si só, a questão da diversidade de interpretação é uma forma de democracia, ao permitir que o texto seja o lugar da discordância de múltiplas vozes e leituras, como já tivemos a oportunidade de comprovar através de experiências em sala de aula.

Dessa forma, a leitura enquanto oportunidade de enriquecimento e experiência é primordial na formação do indivíduo e do cidadão. A formação de leitores se configura como imperativo da sociedade atual. Pessoas feitas para ler, aptas a penetrar os horizontes veiculados em textos mais críticos, são pessoas capazes de melhor desempenho em suas atividades e apresentam melhor aptidão para enfrentar os problemas sociais.

Se por um lado, a leitura pode ser instrumento de dominação, por outro lado é um instrumento de cidadania. E, muito embora a leitura não seja o único caminho para a cidadania, ela constrói a cidadania à medida que o homem se constrói dentro dessa sociedade. Para que o homem se “construa” dentro da sociedade, ele precisa de conhecimento como forma de poder e fonte de sobrevivência. Conhecimento, leitura e cidadania complementam-se, pois sem leitura não há formação, nem conhecimento nem cidadania. E sem cidadania não pode existir, concretamente, uma sociedade.

O domínio da capacidade de leitura gera maior mobilidade dos grupos humanos, aumento qualitativo da capacidade crítica e crescimento de seu potencial reivindicatório. A leitura, portanto, dá voz ao cidadão, no sentido de que sua interpretação pode gerar a sua interpretação de mundo.

O professor pode ser um agente disseminador da leitura, assumindo o compromisso com a criança de proporcionar-lhe textos e atividades de interpretação de qualidade, que intervenham na formação de um cidadão mais crítico e reflexivo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto será desenvolvido em uma escola municipal de Concórdia- SC, com alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Na primeira etapa será aplicado um questionário, com o qual pretendemos levantar dados sobre os tipos de leitura que os alunos fazem, suas preferências de leitura, com que frequência lêem, qual é o acesso a leitura e por quem são motivados a ler. A partir desses dados serão desenvolvidas atividades de leitura e interpretação aplicadas na prática de ensino. Os participantes deste estudo serão devidamente informados e seus pais assinarão um termo de compromisso, do qual podem desistir se entenderem necessário. O estudo pretende seguir rigorosamente o proposto pela resolução de pesquisa com seres humanos. É um estudo qualitativo e quantitativo, que segundo Minayo (2001, p. 20):

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operações de variáveis (...), a abordagem aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Os dados serão analisados mediante as respostas obtidas na pesquisa, nas práticas de ensino, tendo como suporte o referencial teórico assumido (Freire, De Bortoli, Smith, Caldin e outros).

REFERÊNCIAS

CALDIN, Clarice Fortkamp. **A função social da literatura infantil.** Inc. bibl. r. elet. caiso. cesto. UFSC. Florianópolis, nº 15. 1º sem. 2003.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro, do leitor, do navegador.** São Paulo: Unesp, 1998.

CAMPS, Teresa e COLOMER, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

DE BORTOLLI, Lúcia Helena. **Leitura: os meios da compreensão.** Passo Fundo: UPF, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler.** 44ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

KLEIMANN, Ângela. NORAES, Sílvia. **Leitura e interdisciplinariedade.** Campinas: Mercado de Letras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e outros. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18 ed., Petrópolis: editora Vozes, 2001.

MORAIS, José. **A arte de ler.** Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 198-.

PERROTI, Edimir. **Confinamento cultural, infância e leitura.** São Paulo: Summus, 1990.

REVISTA NOVA ESCOLA. Nº. 194. São Paulo: Globo, Agosto de 2006.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Da leitura e realidade brasileira.** 2 ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

SMITH, Frank. **Leitura Significativa.** 3 ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1999.